

A FESTA NAS FRESTAS DE UM PAÍS EM RUÍNAS: Reivindicação da Memória e Celebração da Vida a Partir do Carnaval Afro-Mineiro

Marcone Loiola dos Santos¹
Natalino Neves da Silva²

RESUMO

Este artigo teve como proposta dialogar com os saberes e sentidos criados e movimentados pelo bloco afro Angola Janga durante o Carnaval de Belo Horizonte 2023. A intenção foi refletir a maneira que esses saberes e sentidos afrodiaspóricos, presentes na folia, operavam na reivindicação da memória e convocação da alegria a partir de uma postura crítica e criativa ante ao contexto brasileiro, devastado após o ápice da letalidade provocada pela pandemia de Covid-19 associada à tomada do poder político-partidário da extrema-direita. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, pautado em revisão bibliográfica e observação participante, entre outros. Os achados da pesquisa mostram que os saberes e sentidos criados e movimentados no Carnaval constituem espaços-tempos educativos, estéticos e políticos antirracistas desde as corporeidades negras em movimento festivo.

Palavras-chave: carnaval de Belo Horizonte; Bloco Afro; educação popular negra; Lei 10.639/2003.

THE PARTY IN THE CRACKS OF A COUNTRY IN RUINS: RECLAIMING MEMORY AND CELEBRATING LIFE FROM THE AFRO-MINEIRO CARNIVAL

ABSTRACT

This article aimed to dialogue with the knowledge and meanings created and moved by the Angola Janga Afro block during the Carnival in the capital of Minas Gerais. The intention was to reflect on the way in which these Afro-diasporic knowledge and senses, present in the revelry, operated in the claim of memory and the summoning of joy from a critical and creative stance towards the Brazilian contexto, devastated after the peak of lethality caused by the Covid pandemic-19 associated with the takeover of political-partisan power by the extreme right. This is a qualitative study, based on a bibliographic review and participant observation, among others. The research findings point out that the knowledge and meanings created and movements in Carnival constitute educational, aesthetic and political anti-racist spaces-times from the black corporeities in festive movement.

Keywords: Belo Horizonte carnival; Afro Block; black popular education; Law 10.639/2003.

Submetido em: 23/6/2023

Aceito em: 23/7/2023

Publicado em: 8/3/2024

¹ Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte/MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8835-2104>

² Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte/MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1746-8713>

INTRODUÇÃO

*Das ruínas um novo povo vai surgir e vai cantar afinal
As pragas e as ervas daninhas
As armas e os homens de mal
Vão desaparecer nas cinzas de um Carnaval³*

Belo Horizonte, fevereiro de 2023. Aconteceu na capital mineira, assim como em várias outras cidades de todas as regiões do Brasil, o primeiro Carnaval após o ápice da devastação provocada pela pandemia de Covid-19, e em sequência a uma tensa e violenta disputa presidencial que culminou na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse contexto, desperta-nos as seguintes questões: Qual a importância da festa em um cenário tão delicado e cheio de necessidades? Quais são os saberes e sentidos criados e movimentados por um bloco afro em que a maior parte de seus integrantes autodeclararam-se como pessoas negras⁴? É possível apreender espaços-tempos educativos, estéticos e políticos antirracistas desde as corporeidades negras em movimento festivo?

Para desenvolver tal reflexão adentramos o Carnaval brasileiro em suas mais profusas linguagens e manifestações, focados na sua substância mais transgressiva: aquela oriunda das culturas negro-africanas (Gonzalez, 2020), que se desdobram em variadas profusões festivas nos mais diferentes territórios. Mais especificamente, caminhamos em solo mineiro com o bloco afro Angola Janga⁵ que, desde 2015, compõe o colorido do florescimento e disseminação dos blocos de rua no Carnaval de Belo Horizonte (BH), participando da efervescência política na cidade por meio do protagonismo de pessoas negras e da criação-recriação das culturas e das epistemologias afro-brasileiras no Estado de Minas Gerais.

O diálogo acerca da potencialidade crítica e política no contexto da cultura carnavalesca afro-mineira é algo necessário na contemporaneidade, pois expõe a festividade como produtora de conhecimento e provocadora de outras práticas educativas emancipatórias, questionando as perspectivas conservadoras ou generalistas que encaram o Carnaval como campo de alienação, mera inversão do cotidiano, insignificância e domínio do pecado. Ou seja, o que desejamos aqui, assim como exposto por Luiz Antônio Simas (2019, p. 78), é apresentar o Carnaval como “uma experiência de invenção constante, precária e sublime, da vida dos brasileiros”.

A indagação sobre os saberes e sentidos criados e movimentados por um bloco afro está relacionada, entre outras coisas, com a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, conforme preconiza a Lei nº 10.639/03 (atualizada pela Lei nº 11.645/08) e suas Diretrizes, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN

³ Música “As Forças da Natureza”. Composição de João Nogueira e Paulo Cesar Pinheiro interpretada por Clara Nunes.

⁴ Entende-se por “negro” pessoas autodeclaradas como pretas e pardas conforme dados utilizados pelo censo aplicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E mais, a maneira que o movimento social negro brasileiro ressignifica e utiliza a categoria “raça” do ponto de vista político, histórico, social e cultural.

⁵ Aqui, neste texto, desenvolvemos as reflexões pautadas no Carnaval do Bloco Afro Angola Janga. Existem, contudo, outras entidades afro-carnavalescas na composição da folia em Belo Horizonte. Entre elas podemos mencionar o Afoxé Ilê Odara, o Afoxé Bandarê, o bloco afro Magia Negra, o bloco Arrasta Favela, o bloco Afrodum, o grupo Oficina Tambolelê, dentre outras.

9.394/96) e prevê a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira, Africana e dos Povos Indígenas na oferta da educação básica e superior nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares (Brasil, 2003).

Neste ano, a referida Lei, considerada pelo Movimento Negro Brasileiro uma medida de Ação Afirmativa, celebra seus 20 anos de resistência. Tratar a Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer) conforme propõe o Parecer nº 03/04 da Resolução nº 1/04, do Conselho Nacional de Educação e a Câmara da Educação Básica (CNE/CEB), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), que teve como relatora a professora doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Brasil, 2004), desafia repensar a elaboração de práticas educativas escolares e não escolares a partir de outras e novas matrizes epistemológicas formativas.

Compreendemos o Carnaval, portanto, como uma festa antirracista, atenta, crítica e contribuinte com ferramentas para a Erer para além do momento festivo, oportunizando a quebra de paradigmas e a dissolução de simplificações, majorando o contato entre as pessoas e otimizando a circularidade de saberes e práticas emancipatórias. Além disso, destacamos a importância da folia como baluarte de recursos teóricos inovadores e sofisticados que auxiliam a compreensão do tempo presente nas próprias mobilizações intelectuais e práticas necessárias para a construção de um futuro que permita a fruição das vidas em sua diversidade e força criativa.

TEORIA E MÉTODO

Compondo uma investigação de Mestrado em educação com o foco no campo da Erer, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa (Macedo; Galeffi; Pimentel, 2009), fundamentada em revisão bibliográfica e observação participante. Com tal articulação, intentamos, neste texto, levantar reflexões sobre como a reivindicação da memória e a celebração da vida, propostas pelo bloco afro em questão, por meio do tema “Tecnologia Tradicional e o Futuro Ancestral”, permearam o Carnaval de BH em 2023 com conhecimentos e emoções que detêm um potencial educativo disparado pela festa, mas que almeja incidir para além dela, ao: 1) apontar os mecanismos racistas que dificultam o acesso das pessoas negras às culturas afrodiáspóricas; 2) refletir sobre a função educativa das coletividades negras que, com suas corporeidades em práticas emancipatórias, ocupam e ressignificam o espaço urbano e cultural da capital mineira para, 3) apresentar outras formas de viver e conviver a cidade a partir da memória que convida à participação política na construção de outros tempos.

O envolvimento subjetivo do pesquisador com o campo de investigações nutre o processo de pesquisa qualitativa (Macedo; Galeffi; Pimentel, 2009). À luz disso, podemos compreender a experiência como um catalizador que evoca a participação e a sensibilidade com o mundo a ser compreendido, “uma relação de afinidade emocional com seu povo, uma concretude de percepção” (Macedo; Galeffi; Pimentel, 2009, p. 128). É nisso que a pertença de um dos autores ao Angola Janga anuncia-se como uma das bases fundamentais desta pesquisa com a observação participante.

Enquanto folião, conheceu o Angola Janga em 2018, mas foi em 2019 que passou a compor o coletivo como integrante da bateria. Desde então atua em algumas frentes

de ação da agremiação, tanto as diretamente relacionadas ao Carnaval (ensaios, eventos, cortejos) quanto aquelas que acontecem para além da festa (grupo de estudos Conversas Pretas, por exemplo)⁶. Não só isso, todos esses trabalhos emergem de uma convivência promotora de relações, sociabilidades e afetos dos quais o autor faz parte e é profundamente modificado por meio de uma educação de base cultural negra. Sendo assim, sua observação como pesquisador coexiste com suas percepções enquanto um agente que compõe e é afetado pelo coletivo em questão. Desta maneira, as análises operam em uma reivindicação do vivido como legitimação do pensado, uma “conjunção entre escolhas teóricas e escolhas de vida” (Macedo; Galeffi; Pimentel, 2009, p. 133).

Assim sendo, a realização desta pesquisa dialoga com o campo da educação que apreende e analisa os blocos afros a partir dos conhecimentos e linguagens que são constitutivos das suas experiências, produções e relações no decorrer da história (Lima; Carneiro, 2019). Deste modo, a concepção educativa de Educação Popular Negra (Silva, 2020) orienta o desenvolvimento deste estudo. É nessa perspectiva que miramos referenciais que reconhecem e valorizam o arcabouço do pensamento afrodiáspórico, entendendo a manifestação do Carnaval como sendo um dos vários fenômenos oriundos da criatividade imantada em corpos negros que, em movimento, incidem-se em coordenadas históricas de espaço e tempo, ampliando suas humanidades (Sodré, 2019). Somado a isso, levantamos também estudos que nos auxiliam no entendimento da formação da cidade de BH e sua relação com as festividades em território urbano, dando-nos base para refletir sobre as tensões que isso acarreta no campo das relações étnico-raciais a partir do Carnaval.

CARNAVAL DE BELO HORIZONTE: A CIDADE, A FESTA, RACISMOS E CONTRADIÇÕES

O carnaval desperta encantos, conhecimentos e medos. É a festa que escancara os conflitos, contradições e a potência criativa da sociedade brasileira. Embora inibido por pressupostos moralizantes e conservadores de base cristã, e agredido por um ideal de civilização que o encara como a máxima representação da alienação e do pecado, no decorrer da história a festa desenvolveu-se em dinâmicas diversas, atreladas aos processos socioculturais e políticos de cada território e povos que o realiza. Por esse motivo, aproximar-se do Carnaval de BH de maneira crítica acaba por desnudar os esquemas de poder que arquitetaram a capital desde seus primórdios.

A capital mineira é uma cidade planejada sob as ideologias modernistas europeizantes do século 19, marcada pelo ideário utilitarista, hiper-racional e funcionalista do espaço, que privilegia a circulação de automóveis, estacionamento, comércio, carga e descarga em detrimento da apropriação por eventos, festividades, manifestações culturais e lazer. Essa característica afirma o privilégio econômico sob a escamoteação das relações sociais, políticas e culturais, na intenção de controlar os conflitos sociais oriundos da convivência plural das pessoas (Guimarães, 1992).

⁶ Sequência de encontros *on-line* que foram organizados e coordenados pelo pesquisador em questão durante todo o ano de 2021 junto com o Angola Janga. Nessas ocasiões foram debatidos diversos temas relacionados às relações étnico-raciais, além da promoção e manutenção dos contatos entre integrantes do bloco durante o isolamento pandêmico.

Com o pretexto de desvencilhar-se das amarras coloniais, BH acabou por se arquitetar na reprodução delas. Na prática, a cidade ergueu-se em pilares higienistas com base nos valores republicanos brasileiros. O núcleo planejado, contornado por uma única avenida (Avenida do Contorno), apresentava-se, desde o início, como o foco para investimentos políticos e sociais. As pessoas que ali residiam pertenciam à aristocracia mineira, o que escancara as características do projeto da construção da cidade, que visava a excluir as populações mais pobres da região, expulsando-as para os entornos e margens da cidade, criando, assim, uma região suburbana.

Tal planejamento não previu áreas apropriadas para alocação e acolhimento dos trabalhadores da construção civil que ergueram a arquitetura urbana, tampouco para as populações empobrecidas que vinham dos vários interiores em busca de melhores condições de vida. Com o alto valor dos imóveis e a inacessibilidade para os mais pobres dentro do espaço planejado, as zonas suburbanas inflaram-se, sem infraestrutura adequada de água, saneamento básico, energia e transporte. Dessa maneira, os aglomerados, vilas e favelas foram constituindo-se na cidade desde a sua fundação (Guimarães, 1992).

Esses elementos parecem evidenciar um plano de ação, uma necessidade de controle, regulação e apagamento das classes mais empobrecidas e negras, encaradas como pessoas que exprimem comportamentos de “incivilidade”, da “ignorância” e da “barbárie”. Assim, os tracejados arquitetônicos da ordem e do progresso, sob os quais a capital foi construída, influenciaram diretamente a maneira como ocorreriam as festividades no território belo-horizontino (Pereira Filho, 2006).

Os primeiros registros de manifestações carnavalescas na capital mineira datam de janeiro de 1897, antes mesmo da inauguração da cidade, realizado por operários da classe trabalhadora, com um desfile de carros e carroças, os Corsos, saindo da Praça da Liberdade até a Avenida Afonso Pena (Belotour, 2023). Em 1899 dá-se prosseguimento à folia, com o surgimento do primeiro clube carnavalesco, Diabos da Luneta, composto majoritariamente por pessoas brancas das altas classes sociais. Nos anos seguintes, com a formação de outros clubes, foi possível perceber que, assim como nas grandes sociedades fundadas no Rio de Janeiro na virada dos séculos 19-20, estratégias para organizar e racionalizar a folia passaram a ser empregadas em um cunho informativo, no intuito de transmitir e afirmar os ideais moderno-coloniais que riscaram a planta da cidade (Pereira Filho, 2006).

Assim, a perspectiva de inferiorização, negligência e controle das camadas mais desfavorecidas mostrou-se também nas alianças estabelecidas pelos clubes carnavalescos e o poder público, que empurravam as manifestações populares para a Praça da Estação, para a Avenida dos Andradas e para a Rua Guaicurus – regiões centrais da cidade, porém marcadas pela presença da classe trabalhadora, das pessoas em situação de rua e de profissionais do sexo – ou para as periferias da cidade (Pereira Filho, 2006). Observa-se, então, que o ideário higienista, materializado na *urbe*, também moldou as diligências públicas acerca do carnaval a partir das intenções da aristocracia mineira belo-horizontina.

Evidenciando o carnaval como campo de disputa, contudo, as festividades em BH foram também nutridas por posições contestatórias da ordem imposta. Logo, as folias

populares, nas regiões escamoteadas pelo poder público e pelas classes dirigentes, expressavam outras perspectivas de mundo e, assim, construíram outra história do carnaval e da própria cidade. Por meio da festa, as pessoas foliãs apresentavam críticas às injustiças cotidianas (Pereira Filho, 2006). Isso evidenciava uma movimentação política de resistência crítica aos privilégios de um abastado grupo cidadão e das violências de classe, raça e gênero, a partir dos modos de organização, das fantasias, das máscaras, dos instrumentos, dos gestos, das danças e demais elementos que compunham a folia.

Até os anos de 1930 os carnavais da cidade eram movimentados pelos clubes, ranchos, cordões e blocos (Pereira Filho, 2006). A partir desse período, no entanto, passa a ser visível o enfraquecimento das diferentes formas de pular o carnaval na capital de Minas Gerais, em decorrência da falta de investimento do poder público na festividade, bem como das diversas formas de proibição e perseguição das manifestações (Pereira Filho, 2006).

Passadas as décadas seguintes, mesmo apresentando o surgimento de Escolas de Samba e Blocos Caricatos nesse período, é somente no início do século 21 que BH passa a ser palco de um reflorescimento feérico do carnaval, muito atrelado às movimentações políticas contemporâneas. A partir dos anos 2000, quando os carnavais de rua pareciam se extinguir, a capital mineira desponta num novo folião alvorecer.

Nesse novo ciclo as tensões, mais uma vez, fazem-se presentes. Mobilizados por diversos atravessamentos, interesses e experiências, surgiam blocos com posições mais conservadoras e alinhadas à gestão municipal do período⁷, bem como blocos com posições mais progressistas, entusiastas das práticas independentes e autônomas (Dias, 2015). Como um reencenar da história, a ocupação insurgente dos espaços públicos da cidade passou a atrair não somente multidões de foliões, mas também a atenção divergente das instâncias de controle da metrópole. Tais instâncias, em incisões explícitas de repressão, lançavam mão das leis rígidas, utilitaristas e funcionalistas do espaço para sucumbir às manifestações carnavalescas populares (Dias, 2015).

Não cedendo às pressões, os blocos aliados às mais diversas frentes de contestação da cidade e movimentos sociais resistiram às duras medidas de controle, fazendo com que ano após ano tais experiências aumentassem em número de pessoas vindas das mais diversas regiões de Minas Gerais e, mais recentemente, das demais regiões do país. Nos últimos anos tais grupos independentes e autônomos dos blocos de rua, conglomeravam tamanha multidão que a Prefeitura se viu na necessidade de adotar outra estratégia, procurando pontes de diálogo com tais movimentações.

⁷ Trata-se dos mandatos de 2009/2012 e 2013/2016 do prefeito Márcio Araújo de Lacerda, à época do Partido Socialista Brasileiro – PSB.

Figura 1 – Público do Angola Janga, no centro de Belo Horizonte, durante o Carnaval 2019



Fonte: Mídia Ninja.

Em sua pesquisa, entretanto, Paola Dias (2015, p. 158) afirma que parte significativa dos blocos que figuram politicamente nas ruas da capital mineira é constituída “por jovens de classe média, altamente escolarizados, formadores de opinião e com algum poder político, podendo ser socialmente reconhecidos como ‘jovens de boa família’ ou ‘gente bonita’”. Tal configuração, segundo a autora, facilita a legitimação desses mesmos blocos ante o poder público e a alta classe da sociedade belo-horizontina. Com essa configuração histórica e social, compreendemos que os anos iniciais de extrema repressão dos então novos blocos de rua culminaram na modulação de um perfil racial que detém o protagonismo do atual carnaval de BH, figurando uma maioria de pessoas brancas.

Entendemos que as diferentes consequências das medidas repressivas do Estado, moduladas, principalmente, pelo fator racial, fez com que as pessoas negras, mais uma vez, fossem destituídas do cenário de produção cultural e ocupação dos espaços públicos, principalmente no que se refere ao centro da cidade. Mesmo, todavia, esse carnaval tendo como força de reflorescimento a transgressão das ordens urbanas hegemônicas e uma forte identidade progressista, parte significativa dos blocos de rua belo-horizontinos carrega a contradição de não agir de maneira contundente diante dos mecanismos racistas que atravessam a cidade desde sua fundação e que continuam a incidir na atualidade nas formas que a festa acontece. Desta maneira, retiram da cena principal as pessoas e culturas negras e periféricas que, historicamente, diversificam o carnaval da cidade desde o primeiro ano da sua existência. Ou seja, há uma ligação entre os antigos clubes carnavalescos elitistas e brancos do século 20 com um grupo

expressivo de blocos de rua contemporâneos que ainda não foi rompida. Assim como antes, porém, a resistência acontece como resposta a tais negligências, e o bloco afro Angola Janga é parte dessa construção.

BLOCO AFRO ANGOLA JANGA: EXPRESSÃO EDUCATIVA DO CARNAVAL AFRO-MINEIRO

Minas Gerais, como parte da potente efervescência cultural brasileira, possui diversas manifestações culturais populares gestadas na trajetória histórica da população negra no Estado. Entre os Reinados, Congadas, Guardas de Moçambique, Marujos, Catopês e Folias de Reis, desponta o bloco afro Angola Janga nas ruas de BH.

Fundado em 20 de novembro de 2015, o Angola Janga conquistou as ruas da capital mineira pela primeira vez no Carnaval de 2016, tendo como primeira fagulha de criação o incômodo ocasionado pela ausência de pessoas negras na maioria dos principais blocos de rua da cidade.

Matizado em amarelo, roxo, verde, preto, branco e dourado, o bloco compõe o colorido do surgimento e disseminação de blocos de carnaval de rua em BH, contribuindo na efervescência política por intermédio da festa e para além dela. Portando o verdadeiro nome de como era conhecido o Quilombo dos Palmares pelas pessoas quilombolas que ali habitavam (Nascimento, 2021), muito inspirado pelo Ilê Aiyê, bloco afro pioneiro e soteropolitano, e também mobilizado pelo intuito de difundir a cultura afro-brasileira no território mineiro, o Angola Janga constrói-se em pilares que sustentam ações baseadas na educação antirracista, na cultura afro-brasileira e no direito à memória e cidadania da população negra de BH e região metropolitana.

Figura 2 – Integrantes da bateria do Angola Janga, Carnaval 2019



Fonte: Mídia Ninja

Apresentando uma articulação de ações que atravessam campos importantes da vida das pessoas negras (jurídico, educacional, psicológico, cultural, financeiro, espiritual, etc.), é irrefutável que o Angola Janga não é apenas um bloco de rua carnavalesco; “ele possui multifuncionalidades que se interseccionam, possibilitando a construção de um espaço em plenitude” (Rezende, 2022, p. 80). Corroboramos a reflexão desenvolvida por Ana Flávia Rezende (2022), que apreende essa agremiação fora de uma perspectiva dicotômica e distante da separação entre indivíduo, organização e decisões. Afinal, tais desmembramentos comportam uma racionalidade deslocada das experiências e emoções, o que negligencia e simplifica aquilo que, de fato, acontece no coletivo. Desta maneira, o Angola Janga constitui-se desde a coletividade, nas práticas cotidianas, mobilizado por um senso de propósito socialmente construído, implicando-se na realidade social brasileira e dotado de multiplicidade, heterogeneidade e dinamismo. Assim, tais ações não se cristalizam em funções exclusivamente administrativas e econômicas, mas se movimentam coletivamente na articulação de cultura, estética, política e negócio, operando em torno de uma festividade.

Sendo assim, o bloco aqui em foco oferece-nos um interessante prisma que refrata as complexidades que compõem o Carnaval, principalmente no que diz respeito às questões sobre racismo e relações étnico-raciais. Isso toma maiores proporções ao observarmos os números que a folia na capital mineira atingiu no ano de 2023. O Estado de Minas Gerais carnavalizou de maneira grandiosa e recorde, extrapolando expectativas. Segundo dados compilados por Simonetti (2023), o Estado foi palco para a patuscada de cerca de 11,2 milhões de pessoas, representando 25% do público estimado nos principais destinos carnavalescos do país. Deste aglomerado, 5,250 milhões estiveram somente na capital, BH, espalhadas entre os 375 cortejos de blocos de rua, Palco Oficial na Praça da Estação, desfiles de Escolas de Samba e Blocos Caricatos (Belo Horizonte, 2023).

Nesse desenvolvimento que passa a diligenciar do governo do Estado de Minas Gerais e demais setores sociais envolvidos nas políticas para melhor gerenciamento e organização da folia, observamos que o carnaval produz e é feito de diversos significados que se entremeiam nas ruas e, nessa dinâmica, sublinhar a presença negra na cidade e no Estado é imprescindível. A festa não opera em uma prática histórica linear, composta de purismos harmônicos. O Carnaval é campo de disputa na ação direta e simbólica. Apesar da presença da racionalidade moderna produzindo monoculturas de base europeia, cristã e supremacista branca, que sobrepõe profusões de formas de viver e conviver o/no mundo, a folia é atravessada por resistências e reexistências culturais, subjetivas e cotidianas de povos, saberes e conhecimentos outros. Nesse contexto, o crescimento do carnaval de rua de BH, além de plasmar a resistência de sujeitos negros e pobres que resguardam a expressão cultural carnavalesca desde seu início, reflete, também, um diálogo histórico entre ações coletivas, movimentos sociais e coletivos culturais de cariz contestatório da cidade em um mundo globalizado (Domingues, 2019).

Sendo o único bloco afro a ocupar o centro da cidade, o Angola Janga traz para a centralidade urbana das discussões e das atenções, temas atrelados às necessidades, à história, à memória e à cultura da população negra, reivindicando, dessa maneira, a presença e o protagonismo negro na folia belo-horizontina para além das margens. O

cortejo do bloco nos domingos de Carnaval, então, representa a abertura de uma fresta em âmbito local e que está atrelada a um contexto de formação de Brasil, constituindo-se como um cortejo negro em um espaço urbano e político colonial. Sendo assim, a festa mobilizada pela agremiação contesta não somente os esquemas racistas atuais, mas tenciona a cidade desde o seu planejamento calcado nos ideais republicanos nacionais. O bloco cria um campo de ações e saberes em encruzilhada, em que, mesmo em um cenário composto de forças e arquiteturas racistas das mais diversas, consegue apontar o cotidiano como campo criativo de sabedorias emancipatórias expressas no corpo das práticas e dos praticantes (Simas; Rufino, 2018). Assim, o coletivo apresenta às próprias pessoas belo-horizontinas outra cidade possível, outra forma de experienciar a vida e as relações.

O Angola Janga, na esteira de demais grupos afro-carnavalescos, assim como as Congadas, Maracatus, folias e grupos de samba, é um desdobrar dos rituais e tradições presentes no Candomblé que substanciam a expansão simbólica negra imantada nos corpos ao transpor espaços intersticiais na sociedade (Sodré, 2019). Nesse sentido, contribui com o carnaval afro-mineiro em sua complexidade, abrindo frestas criativas de continuidade e autorredefinição para a população negra, apresentando possibilidades de vivências e ações que sistematicamente são negadas no cotidiano sociopolítico, econômico e religioso hegemônico. Desta maneira, o carnaval apresenta-se como singular na sua pluralidade para as comunidades negras, tornando-se uma festa secular das mais sérias, praticando tradições culturais e rituais translocadas da África que foram reinventadas nas Américas, tais como o culto aos orixás e o Candomblé, em toda sua riqueza de sentidos, emoções, protestos, memórias e aprendizagens (Irobi, 2012).

Ao pertencer ao grupo de associações carnavalescas conhecidas por blocos afros, o Angola Janga constitui uma das mais importantes expressões desse legado ancestral na cultura afro-brasileira/afro-mineira, em que estão presentes os valores africanos e brasileiros, imbrincados com os indígenas (Oliveira, 2017). “Cada bloco afro tem suas especificidades, na maioria das vezes inspiradas no continente africano e, a cada ano, esse continente é sempre revisitado” (Oliveira, 2017, p.90). Sabendo disso, propomos a compreensão dessas agremiações como um elo de circularidades entre pessoas africanas e afrodiáspóricas na luta por emancipação.

As ações que constroem e rondam a festa, extrapolando o momento do carnaval e se capilarizando por todos os meses do ano, fazem dos blocos afros plataformas movimentadoras de pessoas negras, traçando formas que compõem o Movimento Negro. Nessa perspectiva, podemos compreender essas maneiras de carnavalizar como um campo onde saberes específicos construídos pela população negra nos processos de luta, ao longo da sua experiência social, cultural, histórica, ancestral e política em trajetórias coletivas, são organizados e sistematizados (Gomes, 2017). Essas agremiações afro-carnavalescas, então, detêm uma dimensão educativa que é intrínseca em sua constituição, a qual possui potencial de educar para as relações étnico-raciais com base na cultura negra. O carnaval, assim, pode promover outras reflexões e motivar a construção da cultura daquela pessoa que o vive, influenciando no processo de valoração a partir da vivência e da imersão no processo experiencial. A

relação com a cultura negra, dessa maneira, desloca da mera percepção à distância para a ressignificação com o próprio corpo (Vargas; Brasil, 2020).

Desse modo, vislumbramos nessa imersão afro-carnavalesca infindos caminhos de análise, compreensões, novidades e aperfeiçoamentos dessa categoria que é a experiência no campo da educação. Neto (2011) apresenta-nos um debate sistemático sobre como a experiência suscita vigor teórico e ações práticas no campo da Educação Popular, pondo em diálogo distintos movimentos intelectuais e expondo uma nova síntese para além das visões empiristas e idealistas dominantes. Segundo o autor, a Educação Popular deve refletir sobre “‘experiências’ estimuladoras de novas políticas para as transformações sociais, intrínsecas a uma ética orientada por anseios humanos de liberdade, justiça e igualdade, sem esquecer, jamais, da felicidade” (p. 47). Diante disso, compreendemos que as experiências negras, presentes nas complexidades que compõem um bloco afro, apresentam-se não somente como estimuladoras de novas políticas e transformações no campo educacional crítico, mas, principalmente, como aquelas que afirmam a necessidade imperiosa da transformação dos corpos na luta por emancipação, sem abrir mão da alegria e da beleza.

Mobilizando tantos elementos, em um complexo legado coletivo, compreendemos que o cortejo do Angola Janga durante o carnaval no centro de BH firma um terreiro por onde passa. Aqui, trazemos a noção de terreiro como algo que extrapola o que acontece em locais estritamente reservados para as práticas das religiosidades de matrizes africanas, expandindo-se para o entendimento de que “todo espaço em que se risca o ritual o terreiro é firmado” (Simas; Rufino, 2018, p. 42). Seja entre os vários ritmos tocados pelo bloco, inspirados nos toques para orixás que, para quem conhece, é notório, por exemplo, o *agueré* para Oxóssi, o *Ilú* para Iansã, o *Bravum* para Oxumarê e o *Ijexá* para Oxum, ou pelo bailar das corporeidades que, na resposta aos sons percussivos, criam e recriam a tradição por meio dos gestos, a festa inaugura um espaço-tempo afrodiaspórico na cidade. Esses e muitos outros elementos que se fazem presentes nas falas explicitadas durante os ensaios, nas letras das músicas cantadas, na estética dos corpos, nos afetos criados e nos assuntos que permeiam os encontros entre os/as integrantes em outros espaços, enriquecem o carnaval afro-mineiro e a circulação de conhecimento na cidade.

Sendo assim, o carnavalizar é praticar terreiro! É na avenida que os corpos das pessoas negras praticam seus saberes em forma de desfile e de ritos. O corpo carnavalizado, dono de si, é aquele que escapa ao aprisionamento da existência como projeto de desencanto e mera espera da morte certa (Simas, 2019). Em outras palavras, cada corpo que compõe a comunidade negra em festa é também um terreiro onde os saberes são praticados, evidenciando a complexidade das reinvenções a partir dos inúmeros cruzamentos de experiências na diáspora (Simas; Rufino, 2018). Por meio, portanto, da festa e de tudo o que acontece antes e depois dela, o Angola Janga constitui territórios negros. Risca na planta de uma cidade planejada sob a égide higienista e racista, terreiros físicos, simbólicos, dinâmicos e itinerantes, reconfigurando, mesmo que momentaneamente, o espaço urbano e borrando os ideais moderno-coloniais que operaram e operam na expulsão das pessoas negras do planejamento da cidade e da legitimidade da produção cultural e de conhecimento.

Assim, a expressão da cultura afro-mineira, manifestada no bloco de rua afro em foco, evidencia um potencial educativo assentado na diáspora africana brasileira. Com isso, perceber o carnaval de maneira racialmente crítica direciona-nos para a compreensão das culturas populares negras como baluartes criativos e reinventivos de epistemologias negras, formadoras de espectros da Educação Popular Negra (Silva, 2020). Dessarte, a maior festa popular do país também cria e aprimora conceitos e teorias assentadas em experiências e em complexidades com potencial analítico no campo da Educação e das demais áreas das humanidades. Desta maneira, são necessários trabalhos que apreendam e analisem essas agremiações a partir dos conhecimentos, conceitos e linguagens que são constitutivas das suas experiências e relações no decorrer da história. Na disposição política para perceber a presença de práticas sociais voltadas para o reconhecimento, há valorização e respeito da história e cultura africanas e afro-brasileiras que, historicamente, contribuem “no processo socioeducativo de formação de consciência racial, ocasionando com isso novos saberes de libertação e emancipatórios” (Silva, 2020, p. 4).

O CARNAVAL NEGRO EM TEMPOS DE ÓDIO: MEMÓRIA E ALEGRIA COMO FERRAMENTAS DE LUTA E RECONSTRUÇÃO

No delicado e execrável contexto brasileiro, afligido por uma inflexão negativa na política, no campo jurídico, na organização político-partidária, no combate às desigualdades e na saída de uma pandemia devastadora, o carnaval de 2023 conglomerou em si muitos sentidos, urgências e necessidades.

São tempos orquestrados pelo recrudescimento e chegada da extrema-direita ao poder a partir das eleições de 2018, que expressam ações e sentimentos gestados pelas forças coloniais, racistas, machistas e LGTBTfóbicas. Essa articulação conservadora, fundamentalista cristã e neoliberal, passa a ocupar o Estado, deteriorando os avanços democráticos, em especial no que se refere à garantia dos direitos da população negra brasileira (Gomes, 2019). Tal política não somente ocupou as instâncias estatais, como também as ruas, espaços historicamente reivindicados pelas ideias e pautas progressistas e que, agora, se tornaram palanques de narrativas golpistas e antidemocráticas. Nessa esteira, vimos o ódio e o negacionismo serem as forças motrizes dos pensamentos e ações de parte considerável da população brasileira adepta a tal projeto político, saudosista dos tempos em que a escravidão era legitimada por lei e das repressivas décadas da Ditadura civil-militar (1964-1985), deteriorando, desta forma, as convivências sociais e inflamando diversas ignorâncias, inclusive aquelas que rondam as culturas e as religiosidades de matrizes africanas.

Como se não bastasse, em meio a tanta barbárie, a partir de 2020 passamos a enfrentar uma crise mundial de saúde provocada pelo Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus (Sars-CoV-2), popularmente conhecido como Covid-19. Hoje, graças ao investimento e compromisso de várias áreas científicas na produção de vacinas eficazes e ao engajamento de diversos setores da sociedade, conseguimos superar a fase mais mortal da doença que, mesmo com as subnotificações, registra mais de 700 mil mortes no Brasil (Brasil, 2023). Tudo isso aconteceu em meio a um total descaso e negacionismo por parte de uma gestão pública federal criminosa, encabeçada por Jair

Messias Bolsonaro, que, mediante diversas campanhas mentirosas, fez da pandemia uma ferramenta eficaz de aprofundamento das mazelas oriundas das desigualdades raciais e sociais que estruturam o país há séculos. Não por acaso, a situação de vulnerabilidade da população negra aumentou durante a pandemia, incidindo diretamente na mortalidade hospitalar por Covid-19, em que pessoas negras morreram mais que pessoas brancas (Dantas; Silva; Barbosa, 2022), muitas dessas enterradas em sepulturas coletivas e às pressas, sem o direito até do lamento e despedida de amigos e familiares.

Nesse decorrer de acontecimentos, no final do ano de 2022, após uma violenta corrida eleitoral, a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas urnas contribuiu muito na abertura de novas esperanças. É fato que o terceiro mandato do atual presidente não significa uma melhoria instantânea e garantida na qualidade de vida da população. Abre, contudo, outras frentes de atuações e possibilidades no campo progressista, com maiores articulações entre os movimentos sociais e as instituições, potencializando as negociações que podem beneficiar as camadas populares mais vulneráveis e, com isso, acabou por despertar sentimentos de comemoração. Posto isso, acreditamos que o carnaval de 2023 representou não somente a possibilidade de podermos voltar a nos aglomerar com a segurança que a vacinação nos proporcionou desde então, mas, sobretudo, figurou como a máxima afirmação e celebração da vida após atravessarmos anos de tamanha morbidez, luto, destruição, perdas de direitos e tristeza.

Nesse cenário, mesmo tendo a festa, o rito e a tradição negados, condenados e reprimidos por uma hegemonia política e social que desqualifica a produção cultural oriunda das camadas historicamente subalternizadas, em ações de apagamento dos elementos lúdicos e sagrados do cotidiano das pessoas afro-brasileiras (Simas, 2019), mesmo tendo, durante dois anos, cerceada a possibilidade de tomar as ruas com multidões fervilhantes devido à necessidade do isolamento pandêmico, o Carnaval manteve-se em latência e em desejos nas múltiplas corporeidades nesse país. Observamos que tal latência plasmou-se em potência nas ruas da capital mineira e, no que se refere ao bloco afro Angola Janga, a festa firmou-se desde suas concepções conceituais, como memória, honra e celebração àquelas pessoas vítimas da política de morte acentuada nos últimos anos contra a população negra brasileira.

Tendo como tema “Tecnologia Tradicional e o Futuro Ancestral”, o Angola Janga construiu o seu Carnaval com base em complexos fundamentos, na intenção de que os mesmos estivessem plasmados na organização do cortejo, no repertório musical, nas coreografias, nas alegorias e nas estéticas das indumentárias. Dentro disso, estava a concepção de tempo que rege as tradições lorubás. Sobre isso, em referência à Mbiti, Reginaldo Prandi (2001) nos apresenta:

Para os africanos tradicionais, o tempo é uma composição dos eventos que já aconteceram ou que estão para acontecer imediatamente. É a reunião daquilo que já experimentamos como realizado, sendo que o passado, imediato, está intimamente ligado ao presente, do qual é parte, enquanto o futuro nada mais é que a continuação daquilo que já começou a acontecer no presente, não fazendo nenhum sentido a idéia do futuro como acontecimento remoto desligado de nossa realidade imediata (p. 48).

Orientado por essa premissa, o conhecimento construído pelo bloco está estritamente atrelado à realidade brasileira/mineira imediata. Sendo assim, reivindicou

a memória das vidas negras cerceadas nos trágicos e recentes anos anteriores. Indo além, por meio dos ritos festivos, tentou a reelaboração simbólica das mortes perpetradas pela violência, em que o trauma causado tende a lançar as pessoas mortas no esquecimento, na medida em que reverenciou as vidas perdidas no intuito de que essas mantivessem em presença nas lembranças e nas ações das comunidades negras. Afinal, de acordo com Wanderson Flor do Nascimento (2020), nas culturas afro-brasileiras de tradição lorubá, por exemplo, a morte não é entendida como algo que rompe o pertencimento à comunidade, uma vez que “ela transforma. Passamos da condição de vivos a ancestrais mortos-viventes que pertencem a comunidade, vivendo na memória das pessoas e também no espaço comunitário, no qual, como ancestrais, nos comunicamos, nos alimentados, agimos” (p. 31).

O pensamento da festa, portanto, não se configurou em dicotomias. Emoções consideradas antagônicas pela lógica ocidental foram mobilizadas na composição do evento. Alegria e tristeza, luto e celebração, lamento e esperança, razão e emoção foram tecidas em forma de carnaval como uma convocatória para que nada ficasse para trás nesse momento histórico de retomada dos encontros e de outras possibilidades de reconstrução do presente e do futuro. Tudo o que se passou nos últimos anos deve ser visto, revisto, pensado e elaborado de maneira crítica no presente, para que um novo tempo seja criado contando com a memória individual e coletiva.

Nesse sentido, a celebração da vida em alegria acontece também como uma fresta em meio às ruínas de um país forjado na violência colonial e racista. Muniz Sodré (2017) fundamenta muito bem isso, ao afirmar que a alegria é um princípio ético para a tradição africana reinventada no Brasil. “No ethos mítico e afetivo dos cultos afro-brasileiros, os ritos de renovação do axé, portanto da dinâmica de continuidade da existência, estão estreitamente associados à experiência dessa alacridade ou alegria, conforme o étimo nagô – ayó” (Sodré, 2017, p. 177). O carnaval negro, portanto, é uma forma de responder à morte com a própria vida pulsante em alegria.

Figura 3 – Integrantes do Corpo do Baile do Angola Janga, Carnaval 2019



Fonte: Mídia Ninja.

Isso acaba por questionar a percepção fixa e generalista do carnaval como um mero momento de “inversão” e de criação de um estado de *communitas*, assim como Roberto DaMatta (1997) propôs em sua reconhecida obra “Carnavais, malandros e heróis”. Do mesmo modo, o carnaval afro-mineiro em BH, no rastro do legado das entidades afro-carnavalescas mais antigas, aproxima-se da leitura de Antônio Risério (1995) ao compreender que o carnaval, desde as perspectivas negras, não opera na inversão ou na disfaçatez das relações hierárquicas entre pessoas negras e brancas e das demais desigualdades sociais existentes no Brasil. Pelo contrário, na folia as pessoas negras dramatizam mesmo é o reconhecimento dessas hierarquias, assim como o desejo de que elas deixem de existir (Risério, 1995). A patuscada negra lança mão do carnavalizar como tecnologia tradicional que contribui na continuidade física e simbólica dos afro-brasileiros e na territorialização dos pensamentos afrodiaspóricos em expansão da alegria plasmada em diferentes sensações e potência dos corpos (Sodré, 2017). Ou seja, a folia guarda em si a alegria fundante da consciência atenta a tudo o que acontece, uma crítica em rito festivo.

A vivência álcere não é uma “experiência”, no sentido tradicional de um contato espontâneo com a surpresa ou o inesperado (esta mesma experiência que, como assinalou Walter Benjamin, falta à Modernidade), mas é certamente o que a possibilita, qualquer que seja o seu nível – na tragédia, no ritual, na narrativa etc. – por ser um evento da “espontaneidade” que, num nível primal, é análoga à liberdade política, entendida em termos positivos, isto é, não libertar-se de algo que aprisiona, mas estar positivamente aberto a todas as suas condições de ser e de realizar (Sodré, 2017, p. 176).

Diante disso, a investigação mostrou que os saberes e sentidos criados e movimentados pelo bloco Angola Janga apresentam o potencial educativo que se vincula diretamente à expressão da cultura afro-mineira e da diáspora africana. Assim, o viver e o conviver dos diversos repertórios culturais negros (corpóreos, estéticos, políticos, religiosos, etc.), agenciados pelo bloco, subsidiam outras reflexões acerca de identificações negras das pessoas participantes, inserindo-as em dinâmicas coletivas de valorização a partir da experiência, da imersão e da participação ativa na cultura afrodiaspórica.

Emerge daí o processo de reeducação para as relações étnico-raciais, conforme recomenda as DCNERER, ao demonstrar que a concretização da Erer necessita de um trabalho conjunto, com a “articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas e movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola” (Brasil, 2004, p. 5). É importante considerar, assim, processos educativos antirracistas que acontecem no cotidiano, na convivência social, em relações intersubjetivas e em momentos festivos, como ocorre nos carnavais dos blocos afros.

Deste modo, a pesquisa revelou que a atuação e a produção dos saberes e sentidos em movimento ocasionado pelo bloco Angola Janga constituem-se como outras matrizes para abordar a valorização da cultura negra. Por esse motivo, é imprescindível ampliar o entendimento do Carnaval, pois, ao lançarmos mão de uma *cosmo-*

percepção contracolonial, foi possível interpretar as críticas de um Brasil em ruínas por meio das frestas criativas de possibilidades agenciadas pelo movimento da festa!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o seu planejamento até a contemporaneidade, Belo Horizonte apresenta-se como uma cidade arquitetada sob ideologias racistas de cunho higienista. Tal característica não é exclusiva da capital mineira, pois está diretamente vinculada a um ideário de construção e manutenção de país, pautado como um Estado colonial projetado pelos homens do poder na imposição violenta do patriarcado supremacista branco capitalista cisheteronormativo cristão. Isso reflete diretamente na disposição das populações no espaço físico e simbólico citadino, relegando, dessa forma, as populações negras e empobrecidas à marginalidade da cidade e da legitimidade da produção cultural e, conseqüentemente, do conhecimento.

Essas características refletiram nas formas que os primeiros carnavais foram vividos e como a festa acontece atualmente na capital mineira. Se uma parcela significativa dos blocos de rua contemporâneos ainda mantém alguma ligação com o comportamento dos antigos clubes carnavalescos da aristocracia mineira, perpetuando práticas racistas, mesmo ostentando um pretensso caráter progressista ante a vivência dos espaços públicos da cidade, é verdade também que, assim como antes, a resistência dos grupos e territórios negligenciados continua a acontecer e se reinventar.

Isso de forma alguma reflete uma linearidade nos processos históricos, sociais e políticos que compõem a folia belo-horizontina, mas evidencia, contudo, que os movimentos de opressão e emancipação que atravessam a cidade, a festa e as comunidades estão em uma dinâmica constante. Nisso tudo, é no fortalecimento de práticas e vivências emancipatórias que o bloco afro Angola Janga se insere na metrópole mineira, questionando os espaços e a cultura hegemônicos por meio das tradições afro-brasileiras, apresentando outras possibilidades de viver, conviver, experienciar, educar e aprender com a diversidade de pessoas e territórios.

No atual e complexo momento que vivemos, em um país soterrado por mazelas históricas junto com a retomada de possibilidades de reconstrução democrática, o Angola Janga destaca-se no campo do carnaval afro-mineiro articulando tecnologias e tradições ancestrais como ferramentas de educação política, crítica e combatentes ao racismo. O resgate da memória do que aconteceu para compor as ações do presente que, em alegria, constitui corporeidades em movimentos de emancipação, abre frestas possíveis de serem trilhadas na afirmação de pessoas, comunidades e sociedades produtoras de vida e não enrijecidas pela precariedade mortífera. Sendo assim, o bloco em foco alvora-se por meio de práticas e pensamentos territorializados, atentos, integrados com as emoções e a comunidade que alimentam e hipertrofiam as musculaturas que dão força à luta por um país onde as corporeidades possam festejar como mais uma maneira de se colocar contra o fim do mundo que nos é imposto.

É nisso que sua importância desponta e joga luzes sobre o carnaval como um espaço-tempo de aprendizagens políticas, importante para a reeducação das relações étnico-raciais, com expressões constituídas em culturas e educações antirracistas que acontecem em corporeidades festivas, criativas e relacionais. As experiências, portanto,

desde corporeidades negras em festa, alargam o debate sobre práticas educativas para a liberdade, fundamentando a importância da valorização e do reconhecimento étnico-racial das pessoas negras protagonistas dessas mesmas práticas. Ou seja, começamos a pensar a folia como constituinte de processos educativos que compõem a Educação Popular Negra que opera em um campo complexo, construída pela presença negra no Brasil, que, ao ocorrer em meio às frestas de um país em ruínas, apresenta outras possibilidades de sentir-fazer-pensar na alegria das corporeidades carnavalescas.

Em meio a um momento histórico tão marcado pelo recrudescimento de ideologias coloniais e pelo cheiro fétido de corpos mal-enterrados e esquecidos por números, a folia afro-mineira construiu-se em conceitos informados por saberes e ética com potenciais transformadores das ações e pensamentos de ódio. Assim, adentrou em um campo de disputa também no âmbito emocional, convocando não somente a reunião das pessoas em cortejo, mas, igualmente, a integração de sentimentos e pensamentos como alimento para elaborações críticas da realidade. É uma ação educativa que se dá por meio da integralização das corporeidades em movimento na cultura e na coletividade. A festividade a partir das afro-mineiridades lembra-nos, portanto, que somos seres viventes e que a retomada de formas festivas e comunitárias de viver, fundamentadas em culturas e saberes outros, podem atuar como possíveis horizontes e caminhos de resistência pautados na reexistência da vida, mirando um tempo que ainda não veio, mas que, por meio da luta política coletiva e cotidiana, virá.

REFERÊNCIAS

- BELOTOUR. *Carnaval (História)*. Belo Horizonte: Belotour, 2023. Disponível em: <http://portalbelohorizonte.com.br/carnaval/muita-historia>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- BELO HORIZONTE. *Carnaval 2023 termina marcado pela segurança, limpeza, diversidade e alegria*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/carnaval-2023-termina-marcado-pela-seguranca-limpeza-diversidade-e-alegria>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Li nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*, 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&data=09/01/2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>
- BRASIL. *Parecer nº CNE/CP 003/2004*. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 mar. 2004. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_003.pdf?query=etnico%20racial. Acesso em: 25 jul. 2023.
- BRASIL. *Coronavírus Brasil: Painel Coronavírus*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- DIAS, Paola Lisboa Codo. *Sob a lente do espaço vivido: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea*. 2015. 204 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMD-A5AH8K>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- DOMINGUES, João Paulo Mariano. *Insurgências juvenis no carnaval de rua em Belo Horizonte: o bloco Seu Vizinho e a luta pela afirmação do território*. 2019. 200 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38166>. Acesso em: 25 jul. 2023.

- DANTAS, Marianny Nayara Paiva; SILVA, Mercês de Fátima dos Santos; BARBOSA, Isabelle Ribeiro. Reflexões sobre a mortalidade da população negra por covid-19 e a desigualdade racial no Brasil. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 31, n. 3, e200667pt, 2022. DOI 10.1590/S0104-12902022200667pt. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/hr3cvNYptMZ759FfnLCBfjN/?lang=pt>
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Da necropolítica à ikupolítica. *Cult*, São Paulo, v. 23, n. 254, p. 29-31, 2020.
- GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. A compreensão da tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra na reinvenção da resistência democrática. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 17, p. 123-142, 2019. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/301>
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte – tendências e desafios. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 11-18, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Panorama Censo 2022. Brasil*: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>. Acesso em: 7 mar. 2024.
- IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. Tradução de Victor Martins de Souza. *Projeto História*, São Paulo, n. 44, p. 273-29, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9857/9824>
- LIMA, Joyce de Sena; CARNEIRO, Rosalvo Nobre. Colonialismo do saber e suas implicações para a aplicação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas públicas. *Contexto & Educação*, Unijuí, v. 34, n. 108, p. 42-56, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8800>
- MACEDO, R. S.; GALEFFI, D.; PIMENTEL, A. *Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências antropológicas*. Salvador: Edufba, 2009.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTI, Alex (org.). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 152-167.
- NETO, José Francisco de Melo. Educação Popular e “Experiência”. *Contexto & Educação*, Unijuí, v. 26, n. 85, p. 31-50, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/440>
- OLIVEIRA, Nadir Nóbrega. Ilê Aiyê, Olodum e Bankoma: relato de experiências. *Rebento*, São Paulo, n. 6, p. 85-98, 2017.
- PRANDI, Reginaldo. O Candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. *RBCS*, v. 16, n. 47, p. 43-58, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsc/a/BZgDYKY47Nn3gdPDwRTzCLf/abstract/?lang=pt>
- PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. *Glórias, conquistas, perdas e disputas: as muitas máscaras dos carnavais de rua em Belo Horizonte (1899-1936)*. 2006. 225 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VCSA-6X5Q8C>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- REZENDE, Ana Flávia. *“Aqui cada um faz o seu rolê”*: práticas organizativas dos blocos de rua afro do carnaval de Belo Horizonte. 2022. 319 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40647>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- RISÉRIO, Antônio. Carnaval: as cores da mudança. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 16, p. 90-106, 1995.
- SILVA, Natalino Neves da. Educação Popular Negra: breves notas de um conceito. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, MG, v. 11, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/8488/6422>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- SIMONETTI, Giovanna. Carnaval 2023: os números grandiosos da festa. *Forbes*, 25 fev. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbeslife/2023/02/carnaval-2023-os-numeros-grandiosos-da-festa/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

SIMAS, Luiz Antônio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. *Fogo no Mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SODRÉ, Muniz. *Pensar Nagô*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

VARGAS, Alexandre Siles; BRASIL, Anderson. O carnaval educa: um olhar a partir da primeira capital do Brasil. *Extraprensa: cultura e comunicação na América Latina*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 254-273, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/174451>

Autor correspondente:

Marcene Loiola dos Santos
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
Faculdade de Educação
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha – Belo Horizonte/MG, Brasil. CEP 31270-901
marconeloiola28@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.